

A NOVA AGE

REGIONAL UBERLÂNDIA E ESCRITÓRIO PATOS DE MINAS

Dando prosseguimento à série Nova AGE, esta edição da APENews apresenta a Unidade unificada ARE Uberlândia/ESC Patos, após a reestruturação da Advocacia Geral do Estado (AGE), promovida por Lei Complementar 151/2019 e regulamentada pelo Decreto 47.963, de 28 de maio de 2020, e após a unificação das Regionais com os seus respectivos Escritórios Seccionais, promovida pela Administração Superior da AGE em 2021. O relato, a seguir, é do Advogado-Regional de Uberlândia, Ranieri Martins da Silva.

“A unificação ARE Uberlândia/ESC Patos conta atualmente com 14 Procuradores do Estado (11 em Uberlândia e 3 em Patos de Minas) e 21 servidores administrativos, além dos estagiários. É responsável pela representação e defesa administrativa ou judicial do Estado de Minas Gerais nas regiões do Triângulo Norte e Noroeste do Estado, com uma área de abrangência de 29 comarcas, incluindo a de Uberlândia, a maior e mais movimentada do Estado, depois da capital Belo Horizonte.

As comarcas atendidas pela unidade unificada ARE Uberlândia/ESC Patos são: Araguari, Arinos, Bonfinópolis de Minas, Buritis, Carmo do Paranaíba, Campina Verde, Canápolis, Capinópolis, Coromandel, Estrela do Sul, Ituiutaba, João Pinheiro, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Nova Ponte, Prata, Patos de Minas, Paracatu, Patrocínio, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Santa Vitória, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, Tiros, Tupaciguara, Uberlândia, Unai e Vazante.

A partir de 2021, com a nova forma de distribuição dos processos eletrônicos não tributários do Estado réu, os Procuradores da ARE Uberlândia/ESC Patos também recebem processos judiciais de outras comarcas de Minas Gerais, em razão de uma iniciativa do Gabinete do Advogado-Geral do Estado em distribuir essas ações de forma equitativa entre as unidades do interior.

Com a edição da Resolução AGE 64/20 restou definida a competência às Advocacias Regionais do Estado. Além da representação e defesa administrativa ou judicial do Estado, em primeira instância, nas questões ou ações que sejam de competência da AGE, as competências das Regionais estão previstas nos incisos I a VII do artigo 13 da Res. AGE 64/20.

A atuação da Regional em primeira instância inclui o acompanhamento do processo, com a prática de atos processuais necessários à defesa dos interesses do Estado, compreendendo o

acompanhamento de embargos, inclusive o de terceiros, e de ações anulatórias, a promoção da defesa em intervenção de terceiros, razões e contrarrazões de recurso de apelação e de agravo de instrumento, até a determinação da remessa dos autos ao TJMG ou TRF.

À Regional cabe, ainda, a representação e a defesa administrativa ou judicial das autarquias e fundações do Estado, exceto nas matérias que forem de competência da PAF, observado o disposto no art. 5º da Resolução AGE 64/20.

Em integração com o NUT (Núcleo de Uniformização de Teses), com a Consultoria Jurídica e o Gabinete do Advogado-Geral do Estado, a ARE Uberlândia/ESC Patos é responsável pela assessoria e consultoria jurídica aos órgãos e entidades do Estado localizados nos municípios integrantes de sua circunscrição, destacando-se como o maior consultante da Regional a Superintendência Regional da Fazenda em Uberlândia, seja pelo seu gabinete regional, sejam pelas Delegacias Fiscais de Uberlândia, Patos de Minas e Unai, além das administrações fazendárias espalhadas pela área da Superintendência, que coincide com a área de atuação da ARE Uberlândia/ESC Patos.

Entre os grandes desafios da Regional, atualmente, estão, além da gestão e acompanhamento de um grande volume de processos judiciais ainda físicos em meio a um cenário de pandemia, também a iniciação de um processo de criação de núcleos de atuação especializada dentro da Regional unificada, seguindo as diretrizes traçadas pela administração superior da AGE, em alinhamento com a divisão das Procuradorias Especializadas da capital.

Dentre os projetos em andamento na Regional, destaque para a iniciativa de diminuir o acervo de execuções fiscais, com o saneamento de todo o estoque físico desses processos, por meio da desjudicialização, e adoção de meios alternativos de cobrança (protesto extrajudicial) e da análise e verificação da ocorrência de prescrição intercorrente nas execuções fiscais.

Para tanto, a ARE Uberlândia criou o Núcleo de execuções fiscais físicas, com a lotação de assistente jurídico designado pela AGE, que funciona sob a coordenação e acompanhamento do Advogado Regional e do Procurador do Estado com as funções de Direção e Assessoramento superior na Regional.

Esse projeto está hoje em absoluta consonância com as metas institucionais da AGE, definidas no Planejamento estratégico da instituição 2020-2027, sendo também um dos objetivos e metas constantes dos planos individuais de trabalho dos Procuradores do Estado de Minas Gerais.”



RES PUBLICA INCENTIVA A DESJUDICIALIZAÇÃO

A edição 29 do Res Publica, referente ao trimestre Janeiro/Fevereiro/Março está sendo encaminhada para os associados da Apeminas. O tema principal é a desjudicialização, tendo como destaque o acordo celebrado entre o Estado e a mineradora Vale, em 4 de fevereiro. A expectativa quanto ao desfecho nas negociações foi o motivo do atraso na distribuição da publicação.

Nessa edição, apresentamos uma entrevista com o Advogado-Geral, Sérgio Pessoa, sobre o papel da AGE-MG nessas negociações; artigo do vice-presidente da Apeminas, Paulo Valadares Versiani Caldeira Filho, no Palavra da Diretoria, sobre autocomposição no Direito Administrativo; além de um breve balanço sobre o acordo histórico de conciliação que garantiu R\$ 37,68 bilhões a título de reparação pelos danos causados ao Estado. Nessa linha da desjudicialização, o jornal apresenta, ainda, matéria especial sobre a Câmara de Prevenção e Resolução de Conflitos (CPRAC).

O Res Publica lança, ainda, a Campanha "Procuradores do Estado na OAB-MG", para estimular a participação da classe na instituição. E apresenta um ligeiro resumo sobre as principais ações da Apeminas no segundo semestre de 2020. Não perca.



LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO TERMINA HOJE



Termina hoje o prazo para os associados da Apeminas manifestarem interesse em concorrer a uma inscrição gratuita para o curso online "Licitações e contratos administrativos: para onde o vento sopra?". Promovido pela Associação dos Advogados de São Paulo (AASP) e Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA), o curso será realizado na próxima semana, nos dias 23 e 24 de fevereiro. Os interessados em ter acesso a esse benefício devem enviar um comunicado para a Apeminas, pelo e-mail apeminas@apeminas.org.br ou pelo WhatsApp (31) 9.9987.5331. Informações adicionais sobre o curso estão disponíveis neste [link](#).

ARTIGO

MEDIAÇÃO E JUSTIÇA RESTAURATIVA

A Procuradora do Estado Nilza Ramos, da Consultoria Jurídica, assina o artigo "Mediação e Justiça Restaurativa: Ensino do Direito voltado para o diálogo, a comunicação e a cidadania, e a eficácia dos direitos humanos".

Este foi o tema de sua palestra, proferida durante a "I Conferência Euroamericana para o Desenvolvimento dos Direitos Humanos", realizada em Coimbra, Portugal, entre os dias 14 e 16 de outubro do ano passado. O artigo, publicado na revista chilena "Ciencias de la Documentación" - Volume 7 – Número 2, segue anexo a esta edição da APENews. Boa leitura!



APEClipping: NOTÍCIAS SELECIONADAS

Desde o dia 1º de fevereiro, o APEClipping está sendo distribuído, de segunda à sexta-feira, aos associados da Apeminas. Trata-se de uma coletânea de notícias publicadas pelos veículos de comunicação do Brasil e de Minas, especialmente selecionadas para os Procuradores do Estado de Minas Gerais. Referem-se, em grande parte, ao Judiciário, Executivo e Legislativo.



Newsletter

APE NEWS

Facebook > facebook.com/apeminas
Instagram > instagram.com/apeminas

Twitter > twitter.com/apeminas
Linkedin > linkedin.com/company/apeminas

Rua Espírito Santo 466 – Centro – CEP: 30160-916 – Belo Horizonte / MG
Tel: (31) 3261-3532 - acs.apeminas@gmail.com – www.apeminas.org.br

> Produção Editorial: Mombak Comunicação Estratégica
> Jornalista responsável: Marli Assis – MTB 5.571-JP
> Redação: Andrea Rocha
> Projeto Gráfico: Alice Crepaldi